



REUNIÃO PLENÁRIA DO CNECV NO PAVILHÃO DO CONHECIMENTO

A 278ª Reunião Plenária do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (CNECV) decorreu, no passado dia 18 de maio, no Pavilhão do Conhecimento - Ciência Viva, no Parque das Nações (Lisboa), reiterando a excelente colaboração entre as duas instituições. Esta reunião centrou-se na análise e debate do documento de trabalho sobre os aspetos éticos da utilização de psicadélicos na saúde. No termo dos trabalhos, os conselheiros participaram no encontro "Uma questão de ética - Novos Mundos na Nossa Cabeça" - uma organização conjunta do CNECV com o Programa Ciência Viva. O CNECV agradece à Ciência Viva o acolhimento das suas iniciativas.



Imagem: ©Arquivo CNECV

UMA QUESTÃO DE ÉTICA: NOVOS MUNDOS NA NOSSA CABEÇA

NESTA EDIÇÃO

**REUNIÃO PLENÁRIA DO
CNECV NO PAVILHÃO DO
CONHECIMENTO**

**UMA QUESTÃO DE ÉTICA:
NOVOS MUNDOS NA NOSSA
CABEÇA**

**CNECV ENTREGA PARECER
SOBRE USO OFF-LABEL DE
MEDICAMENTOS AO
PRESIDENTE DO INFARMED**

**CNECV PRESENTE NO 31º
FÓRUM DOS CONSELHOS
NACIONAIS DE ÉTICA**

**NOVA PUBLICAÇÃO DO
CNECV: KALEIDOSCOPE ON
GLOBAL BIOETHICS**

**CNECV DEFENDE CAMPANHAS
DE SENSIBILIZAÇÃO CONTRA
"TERAPIAS DE CONVERSÃO
SEXUAL"**

NOTÍCIAS BREVES



Imagem: ©Ciência Viva



No âmbito da terceira sessão do ciclo da Primavera 2023 "Uma questão de ética – Cérebro e Saúde Mental", esteve em debate o tema "Novos Mundos na Nossa Cabeça", um convite à reflexão sobre as questões de identidade e o uso de psicadélicos na saúde. A iniciativa, organizada pelo CNECV e o programa Ciência Viva, decorreu, no dia 18 de maio, no Pavilhão do Conhecimento, em Lisboa. No encontro, estiveram presentes os especialistas Rui Ferreira de Carvalho, Margarida Crujo e Albino Maia. A moderação esteve a cargo de Margarida Silvestre.

A presidente do CNECV, Maria do Céu Patrão Neves, abriu a sessão salientando ser necessário fazer uma "reflexão séria e ética sobre uma temática que a todos diz respeito e que deve ser perspetivada no sentido de investir na informação objetiva, racional e ponderada" de modo a construir um presente e futuro que possa contribuir para uma sociedade mais aberta e inclusiva. Leia mais em cnecv.pt





PRESIDENTE DO CNECV ENTREGA PARECER SOBRE O USO *OFF-LABEL* DE MEDICAMENTOS AO PRESIDENTE DO INFARMED



Imagens: ©Arquivo CNECV

O Presidente do Infarmed, Rui Santos Ivo, recebeu, no dia 17 de maio, a Presidente do CNECV, Maria do Céu Patrão Neves, que lhe entregou em mãos o Parecer 123/CNECV/2023 sobre aspetos éticos do uso *off-label* de medicamentos. A Presidente do CNECV foi acompanhada pelo Conselheiro Carlos Maurício Barbosa, correlator do mesmo documento. No final da reunião estiveram também presentes o Vice-Presidente, Carlos Lima Alves, e a Vogal do Infarmed, Érica Viegas.

O uso *off-label* de um medicamento refere-se a situações em que este é usado intencionalmente para uma finalidade médica, em condições não conformes com a autorização de comercialização. No seu parecer, o Conselho analisou as implicações éticas suscitadas pelo uso *off-label*, uma prática frequente na terapêutica nos diferentes sistemas de saúde, sublinhando a importância de uniformizar procedimentos neste âmbito.

CNECV PRESENTE NO 31.º FÓRUM DOS CONSELHOS NACIONAIS DE ÉTICA, EM ESTOCOLMO



Maria do Céu Patrão Neves e Inês Godinho representam o CNECV no 31.º Fórum dos Conselhos Nacionais de Ética, a decorrer em Estocolmo, de 25 a 26 de maio, sob os auspícios da Presidência sueca do Conselho da União Europeia. A reunião de especialistas debate temas como os direitos humanos na era digital, a ética da inovação ou o impacto das alterações climáticas na saúde. Maria do Céu Patrão Neves, Presidente do CNECV e Vice-Presidente do Grupo Europeu de Ética da Comissão Europeia, modera a sessão “O papel da ética num mundo em mudança”. A responsável apresentará a experiência do Conselho português, na resposta aos desafios atuais nos domínios fundamentais da bioética.



NOVA PUBLICAÇÃO DO CNECV: KALEIDOSCOPE ON GLOBAL BIOETHICS

A nova publicação do Conselho seguiu-se à 13.ª Cimeira Global dos Conselhos Nacionais de Ética e abrange, ao longo de mais de duas dezenas de contributos, a diversidade de uma Bioética Global. O livro está disponível em acesso aberto (versão eletrónica) e poderá ser consultado ou adquirido na versão impressa.

[Saiba mais em CNECV.PT](https://www.cnecv.pt)

CNECV DEFENDE CAMPANHAS DE SENSIBILIZAÇÃO CONTRA “TERAPIAS DE CONVERSÃO SEXUAL”



Imagem: ©Pixabay

O CNECV aprovou por unanimidade, na 277ª Reunião Plenária extraordinária, realizada a 9 de maio, o **Parecer N.º 125/CNECV/2023**. O Conselho tem-se comprometido a responder a solicitações oficiais no mais curto espaço de tempo, com a realização de algumas reuniões extraordinárias remotas. O parecer surge em resposta ao pedido da Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias de apreciação, em termos éticos, dos Projetos de Lei 699/XV/1ª (PAN), que prevê a criminalização de práticas com vista à alteração, limitação ou repressão da orientação sexual e da identidade de género, e promove o estudo destas práticas em Portugal; e 707/XV/1ª (PS), que proíbe práticas atentatórias das pessoas LGBTQ+ através de «terapias de conversão sexual».

O CNECV sublinha ser necessário tomar medidas adequadas, eficazes e urgentes para proteger as crianças e jovens, contribuindo para uma maior literacia junto de pais, famílias e comunidades através de campanhas de sensibilização sobre a ineficácia e consequências destas práticas. A promoção do diálogo entre as organizações médicas e profissionais de saúde, organizações religiosas e grupos ou comunidades espirituais, instituições educacionais e organizações de base comunitária, é um dos pontos a ter em consideração para aumentar a consciência sobre as violações dos direitos humanos que estas terapias implicam.

O DIÁLOGO ENTRE ORGANIZAÇÕES MÉDICAS E PROFISSIONAIS DA SAÚDE, ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS E GRUPOS OU COMUNIDADES ESPIRITUAIS E INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS É FUNDAMENTAL PARA AUMENTAR A CONSCIÊNCIA SOBRE AS VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS QUE AS "TERAPIAS DE CONVERSÃO SEXUAL" IMPLICAM.

Na sua reflexão, o CNECV considera fundamental promover os cuidados de saúde relacionados com o livre desenvolvimento e/ou afirmação da orientação sexual e/ou identidade de género às pessoas que deles pretendam beneficiar, incluindo um sistema de medidas destinadas a promover a compreensão, aceitação e inclusão de pessoas LGBTQ+. É essencial implementar e disseminar estudos que clarifiquem o impacto pessoal das “terapias de conversão sexual” e a evidência sobre as práticas de Esforços de Mudança de Orientação Sexual (EMOS) e Esforços de Mudança de Identidade de Género (EMIG) em Portugal, de modo que possam ser adotadas estratégias adequadas para contrariá-las. No parecer, fica ainda expressa a importância de alocar recursos para a identificação e apoio às vítimas de “terapias de conversão sexual”, bem como divulgar que tais práticas podem ser denunciadas através de canais próprios. Foi considerada necessária uma abordagem compreensiva que envolva todos estes aspetos e não apenas uma nova incriminação, sendo defendida a proibição de todas as práticas de EMOS e EMIG, assim como a sua promoção, e criado um sistema de sanções, incluindo disciplinares, proporcional à gravidade da intervenção, à qualificação do agente, à natureza da instituição de saúde e à vulnerabilidade da pessoa.

Na mesma Reunião Plenária extraordinária o CNECV aprovou também, por maioria dos presentes, o **Parecer N.º 124/CNECV/2023** sobre o Projeto de Lei 705/XV/1 (CH) que pretende reforçar a proteção e privacidade das crianças e jovens nos espaços de intimidade em contexto escolar, uma matéria sobre a qual já se tinha pronunciado anteriormente através do **Parecer n.º 120/CNECV/2022**. O Conselho considera que a manutenção de instalações sanitárias e balneários, em ambiente escolar, com critérios de género, é eticamente aceitável, desde que haja espaços não caracterizados a que a comunidade escolar possa aceder livremente, sem qualquer critério de género.

REGULAMENTO SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL AVANÇA NO PARLAMENTO EUROPEU



Imagem: ©European Union

As comissões de Proteção dos Consumidores e de Liberdades Cívicas do Parlamento Europeu aprovaram no passado dia 11 de maio as suas emendas à Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo a regras harmonizadas no domínio da inteligência artificial, o “AI Act”.

A proposta já foi reconhecida pelo seu pioneirismo, devendo tornar-se uma referência internacional nesta matéria. Há quem receie, porém, que a abordagem do regulamento, assente na avaliação dos riscos decorrentes da criação e utilização de sistemas de IA, abrande o ritmo da inovação e coloque a União Europeia na retaguarda das economias mundiais. O Parlamento Europeu pretende responder a estas preocupações e garantir que a IA é fiável, centrada no ser humano e respeitadora dos direitos e valores fundamentais dos cidadãos. A proposta deverá ser votada em plenário em junho próximo.

Saiba mais sobre a proposta [aqui](#).

OMS APELA A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL SEGURA E ÉTICA EM CONTEXTO DE SAÚDE



A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomendou, num comunicado de imprensa divulgado no dia 16 de maio, um princípio geral de prudência no uso em saúde de modelos de linguagem de grande dimensão (LLM) gerados por inteligência artificial (IA). Plataformas como o ChatGPT ou o Bard podem simular de forma cada vez mais realista a comunicação humana.

A sua utilização experimental para fins de saúde tem vindo a crescer exponencialmente, quer para melhorar o acesso à informação sobre saúde, quer como ferramenta de apoio à decisão ou mesmo para aumentar a capacidade de diagnóstico. Embora atenta a estes benefícios, a OMS sublinhou “a preocupação de que a cautela que normalmente seria exercida em relação a qualquer nova tecnologia não esteja a ser exercida de forma consistente com os LLM.”, aconselhando uma avaliação destas tecnologias antes da sua implementação no terreno.

Leia a notícia na íntegra [aqui](#).

RESERVE A DATA: ARTIFICIAL INTELLIGENCE IN LIFE SCIENCES: ETHICAL PATHS



O CNECV e a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD) levarão a cabo, no próximo dia 21 de setembro, no Auditório da FLAD, uma Conferência Internacional intitulada "Artificial Intelligence in Life Sciences: ethical paths".

O evento reunirá em Lisboa reputados especialistas europeus e norte-americanos para uma tarde de debate sobre os mais importantes desafios éticos, sociais e regulatórios de uma tecnologia disruptiva que já está a revolucionar domínios como a saúde e a investigação biomédica. A entrada é gratuita, sujeita a inscrição. A língua de trabalho é a inglesa.

Reserve o seu lugar [aqui](#).